

Mulheres e lugar de fala: caminhos percorridos

Women and place of speech: paths traveled

Mujeres y lugar de habla: caminos recorridos

Joelma da Silva OLIVEIRA ¹
Patrícia da Silva OLIVEIRA ²
Gisele Rocha CORTÊS ³
Aurekelly Rodrigues da SILVA ⁴

Correspondência

Gisele Rocha Cortês
Departamento de Ciência da Informação
Cidade Universitária - João Pessoa - PB - Brasil - CEP: 58051-900
giselerochacortes@gmail.com
ORCID: ORCID - <https://orcid.org/0000-0001-6843-4938>



Submetido em: 08/05/2019

Aceito em: 09/06/2019

Publicado em: 18/06/2019

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação/UFPB

² Graduada em Biblioteconomia/UFPB

³ Professora Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação/UFPB

⁴ Mestranda em Ciência da Informação - Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação/UFPB

RESUMO

O processo de empoderamento das mulheres compreende vários ambientes. Nesse contexto, engloba, inclusive, a informação como fenômeno social, a qual contribui para que compreendamos o lugar de fala conquistado e ainda a ser alcançado por esse segmento. Neste artigo, pretendemos visualizar, a partir da atuação da Rede de Educação Cidadã, os espaços que as mulheres vêm trilhando, com o objetivo de terem voz, por meio de ações concretas do lugar em que ocupam, e entender a importância de pautarmos as questões que são fundamentais para o "rompimento da narrativa dominante", como assinala a obra 'O que é lugar de fala?' de Djamila Ribeiro. Partimos da revisão bibliográfica para embasar o artigo que tem como foco as vozes de educadoras sociais que compõem a Rede na Paraíba e no Ceará, engajadas no Projeto Organizações da Sociedade Civil do Nordeste, que incide sobre mecanismos de participação e controle social para efetivar políticas públicas. Utilizamos como instrumento de coleta de dados entrevista com questões abertas, com a perspectiva qualitativa para analisar as informações obtidas. Concluímos que, apesar de o Projeto atuar com ações que visam promover a voz das mulheres, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que o lugar de fala se concretize.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Lugar de fala. Rede de Educação Cidadã. Mulheres.

ABSTRACT

The empowerment process of women comprises several settings. In this context, it also includes information as a social phenomenon, which helps us to understand the place of speech conquered and still to be reached by this segment. In this article, we intend to visualize, from the performance of the Citizen Education Network, the spaces that women have been following in order to have a voice, through concrete actions of the place in which they occupy, and to understand the importance of guiding questions which are fundamental to the "breaking of the dominant narrative," as pointed out in the book 'What is a place of speech?' from Djamila Ribeiro. We start from the bibliographic review to support the article that focuses on the voices of social educators that make up the Network in Paraíba and Ceará, engaged in the Project of Civil Society Organizations of the Northeast, which focuses on mechanisms of participation and social control to implement public policies. We use as an instrument of data collection an interview with open questions, with the qualitative perspective to analyze the information obtained. We conclude that, although the Project acts with actions aimed at promoting the voice of women, there is still a long way to go in order for the speaking place to take shape.

Keywords: Information Science. Place of speech. Citizen Education Network. Womens.

RESUMEN

El proceso de empoderamiento de las mujeres comprende varios ambientes. En ese contexto, engloba, inclusive, la información como fenómeno social, la cual contribuye para que comprendamos el lugar de habla conquistado y aún a ser alcanzado por ese segmento. En este artículo, pretendemos visualizar, a partir de la actuación de la Red de Educación Ciudadana, los espacios que las mujeres vienen trillando, con el objetivo de tener voz, por medio de acciones concretas del lugar en que ocupan, y entender la importancia de pautar las cuestiones que son fundamentales para el "rompimiento de la narrativa dominante", como señala la obra '¿Qué es lugar de habla?' de Djamila Ribeiro. Partimos de la revisión bibliográfica para basar el artículo que tiene como foco las voces de educadoras sociales que componen la Red en Paraíba y en Ceará, comprometidas en el Proyecto Organizaciones de la Sociedad Civil del Nordeste, que incide sobre mecanismos de participación y control social para efectivizar políticas públicas. Utilizamos como instrumento de recolección de datos entrevista con cuestiones abiertas, con la perspectiva cualitativa para analizar las informaciones obtenidas. Concluimos que, a pesar de que el Proyecto actúa con acciones que buscan promover la voz de las mujeres, todavía hay un largo camino por recorrer para que el lugar de habla se concrete.

Palabras clave: Ciencia de la Información. Lugar de habla. Red de Educación Ciudadana. Mujeres.

1 INTRODUÇÃO

Abordar o tema lugar de fala das mulheres requer, a princípio, uma reflexão sobre elementos que não colaboram para que esse lugar se concretize, como, por exemplo, a discussão de gênero, porque muitas questões são levantadas, inclusive para se entender o conceito. Concordamos com Bufrem e Nascimento (2012, p. 200), ao afirmarem que analisar a questão de gênero, considerando a diversidade de seus aspectos, requer uma definição preliminar do conceito. Sobre o termo gênero, as autoras acrescentam que “embora ainda utilizado como sinônimo de sexo, nas ciências sociais, o termo gênero expressa as diferenças construídas socialmente, independentemente de qualquer base biológica (BUFREM; NASCIMENTO, 2012, p. 201).”.

É importante destacar que a conjuntura atual do movimento feminista aponta novas configurações de engajamento e inserção das mulheres no processo de luta por políticas públicas. Inclusive, a compreensão de gênero ganha novos olhares. O cenário converge para que cada vez mais individualmente e por meio de grupos as mulheres percorram caminhos que promovam seu engajamento e empoderamento. E o diferencial para que isso ocorra encontra-se nas iniciativas de projetos com foco na capacitação.

Na mesma direção de Lobo (1997, p. 14), que admite que as “palavras têm história, ou melhor, que elas fazem história”, vamos considerar a vivência das mulheres do projeto foco deste trabalho como responsáveis por mudar suas histórias a partir do conceito de gênero ancorado na história do movimento feminista contemporâneo (LOBO, 1997). Portanto, enfocamos uma iniciativa que concebe a informação como um fenômeno capaz de elevar os níveis de participação, engajamento e voz de mulheres. Entendemos a informação, abordada aqui, como um fenômeno social, que permeia a vida do ser humano, que sente necessidade de algum tipo de informação, desde a mais elementar até a de nível mais apurado ou técnico. Assim, “pensar no lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta” (RIBEIRO, 2017, p. 90), para além do sentido de descortinar questões como controle e poder.

Para Gonzalez (2009, p. 189), as pessoas apresentam necessidades de diferentes tipos.

Las personas presentan necesidades de diferentes tipos: fisiológicas, primarias o básicas como son el hambre, la sed, el sueño, etcétera, así como necesidades de salud, de protección o seguridad, de empleo y de niveles más altos, donde se pueden encontrar las de información. Debido a que las personas presentan necesidades de información y que por lo tanto este es un fenómeno recurrente en el hombre en sus múltiples facetas de actividad, puede ser investigado (GONZALÉZ, 2009, p. 189).

Isso pode significar que, além de fortalecer os movimentos feministas, como um movimento social de mulheres que lutavam por direitos e garantias, com o intuito de estabelecer igualdades de gênero na sociedade, temos o avanço na perspectiva de uma ação de compartilhamento viabilizada pelas novas formas de disseminar as informações. Assim, reconhecemos a contribuição de Carlos Ávila Araújo, ao trazer uma reflexão sobre uma terceira abordagem⁵ de estudo do/a usuário/a: a social. Na abordagem social, o sujeito torna-se ator do processo de construção de significados, como produtor de conhecimento, em que a informação passa a ser concebida como fenômeno social, e os/as usuários/as passaram a ser vistos/as de maneira coletiva (ARAÚJO, 2010a). Na perspectiva da informação social, a cultura passa a ser incorporada como dimensão a partir de conceitos como “redes” e “mediações”, que passam a contemplar o usuário como sujeito envolvido num complexo de relações interpessoais (MARTELETO, 2001).

Abordar a informação como um fenômeno social é pensá-la como produtora de significados. Partindo da perspectiva de Marteleto (1995), a informação diz respeito aos artefatos criados pelas relações e pelas práticas sociais dos sujeitos na sociedade. Nesse contexto, a autora interliga a informação com a cultura e conceitua a primeira como “elemento que organiza o que, por natureza, é disperso e conflitual – as relações sociais – e que dá aparência de dispersão e neutralidade ao que é produzido com homogêneo e indivisível – o conhecimento racional” (MARTELETO, 1995, p. 6).

Atualmente, o processo de disseminação da informação é fomentado por questões que vão além da necessidade individual, pois reitera a ação dos grupos, especialmente entre os que sempre mantiveram o poder econômico, o político e o social. Assim, “os grupos que sempre estiveram no poder passam a se incomodar com o avanço de discursos de grupos minoritários em termos de direitos” (RIBEIRO, 2012, p. 56).

⁵ A primeira abordagem é a chamada abordagem tradicional (os estudos de uso), e a segunda, a alternativa (centrada no usuário).

Nesse cenário, é preciso, com urgência, contribuir com ações que caminhem na contramão dos discursos que desqualificam e silenciam grupos sociais marginalizados, como mulheres, negros, LGBTs, dentre outros. O objeto deste artigo segue nessa direção, pois busca incidir em grupos como os de mulheres. Para tanto, utiliza uma campanha de comunicação, cujo objetivo é de mobilizar pessoas para participarem, visando contribuir para ecoar vozes marginalizadas e silenciadas. A campanha visa estabelecer um diálogo com os grupos envolvidos e atender às suas necessidades de informação. De acordo com Martínez-Silveira e Oddone,

[...] a necessidade informacional pode ser entendida como uma experiência subjetiva que ocorre na mente de cada indivíduo em determinada circunstância ou como condição objetiva observável quando uma informação específica contribui para atender ao motivo que a gerou” (MARTÍNEZ-SILVEIRA; ODDONE, 2017, p. 118).

A campanha traz, em seu desenho metodológico e pedagógico, a preocupação em gerar informações que possam ser disseminadas pelos próprios grupos, com um raio de alcance inviabilizado, propositalmente, pelos canais de informações formais, como o rádio e a televisão, que, historicamente, têm opção definida pela mensagem ou pelo discurso enviesado pelo sensacionalismo, pelo controle de grupos ligados ao mercado que “transformam o discurso social hegemônico, propagando visões de mundo e modos de vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas” (MORAES, 2004, p. 187).

Nossa reflexão passa pelo entendimento de que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos no lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequentes da hierarquia social” (RIBEIRO, 2017, p. 64).

2 MEDIAÇÃO DE INFORMAÇÃO E EMPODERAMENTO

No contexto de desafios aos quais as organizações da sociedade civil estão expostas, como, por exemplo, o enfraquecimento das políticas públicas e os direitos conquistados ao longo de décadas – os trabalhistas e os previdenciários - o *Projeto Organizações da Sociedade Civil do Nordeste incidindo sobre mecanismos de participação e controle social para a efetivação de políticas públicas* nasceu visando contribuir com a qualificação e o fortalecimento dos processos de democracia participativa, para que haja mais transparência na gestão e nas políticas públicas

eficazes e um desenvolvimento mais equitativo, sustentável e inclusivo das organizações e dos movimentos sociais. Esse projeto é desenvolvido em parceria com organizações que compõem a Rede de Educação Cidadã (Recid)⁶, com foco no fortalecimento institucional das organizações para uma presença ativa nos mecanismos de participação social e transparência pública na Região Nordeste, com recorte nos estados da Paraíba e do Ceará.

Para alcançar seu objetivo, um dos eixos principais do projeto é a campanha *Quando o povo se junta, o poder se espalha*, cuja importância está na valorização das atitudes e dos espaços de participação social, da organização das pessoas, seja em grupos ou iniciativas de agrupamentos por segmento social, para reivindicar os direitos humanos de populações visando fazer valerem os direitos negligenciados.

A campanha expressa a importância da participação, por meio dos canais de favorecimento das vozes dos grupos envolvidos⁷, nos estados da Paraíba (Zona da Mata, Borborema e Sertão) e do Ceará (Cariri e Centro Sul), considerando a realidade desses cinco territórios e dos dois estados, e contempla um público de 118 organizações e movimentos sociais - 82 formais e 36 não formais - de 40 municípios.

Embora seja laborioso definir o objeto de estudo da Ciência da Informação (CI), muitas e muitos intelectuais se dedicaram a conceituar a palavra informação. De acordo com Araújo (2010b), no modelo social apresentado por Capurro, informação é uma construção social subjetiva, que recebe intervenção de vários sujeitos, por meio de interações resultantes de suas diversas práticas. Marteleto (1995, p. 1) define a informação “como um artefato cultural, como forma de criação e instituição dos significados ou ainda como modo de produção, controle e distribuição social dos bens simbólicos.” Essas definições trazem à tona o aspecto social como fundamental para se entender a funcionalidade desse fenômeno no terreno sócio histórico.

Segundo Nascimento e Marteleto (2004) o tratamento, a captação e a interpretação da informação estão inseridos em dimensões sociais e culturais e são fundamentais para ressignificar as relações de poder existentes nas normas

⁶ Uma articulação de diversos atores sociais, entidades e movimentos populares do Brasil que assumem a missão de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e educação popular com a população brasileira, principalmente das famílias em condições de vulnerabilidade social, promovendo o diálogo e a participação ativa na superação da miséria, afirmando um projeto popular, democrático e soberano de nação.

⁷ Associações comunitárias de trabalhadores/as rurais e urbanos, grupos de jovens, mulheres, adolescentes, saúde alternativa, catadores de materiais recicláveis e outros.

hegemônicas de gênero. Como aponta Araújo (2018, p. 93), “a Ciência da Informação tem caminhado para a consolidação de perspectivas calcadas em aspectos do chamado paradigma social”, mostrando que “isso evidencia uma tendência, que é também um olhar mais atento à complexidade dos fenômenos, ao inter-relacionamento de seus elementos e dimensões” (ARAÚJO, 2018, p. 93). Por meio da mediação da informação, concebe-se que é possível contribuir para o processo de empoderamento de categorias sociais historicamente marginalizadas, como mulheres, LGBTs, negros, dentre outros.

Segundo Almeida Júnior (2009), a mediação da informação se caracteriza como toda interferência realizada pelo/a profissional da informação na busca por satisfazer, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional do usuário. O autor refere que “[...] a mediação está presente em todos os fazeres do profissional da informação. Em algumas ações, no entanto, a mediação está presente de forma implícita, muito embora dirigindo e norteando todas as atividades ali desenvolvidas” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92). Nesse contexto, evidencia-se a importância desse processo relacional de mediação da informação nos diversos contextos sociais, tendo em vista que a informação é um elemento capaz de produzir significados e empoderar os indivíduos por meio de mudanças de mentalidades e práticas sociais.

De acordo com Patrícia Espírito Santo (2008, p. 328), a “informação é condição primeira para o empoderamento feminino, cabendo, assim, também ao campo da CI uma boa parcela de responsabilidade e de dever em busca da promoção da igualdade de gênero”. Nessa perspectiva, a CI tem contribuindo para o empoderamento de mulheres brasileiras, como aludem as autoras:

[...] defendemos que a CI possa, em parceria com as mulheres líderes e a partir da mediação de informação, auxiliar na identificação de informações que precisem ser trabalhadas nas práticas associativas, a fim de atribuir a essas mulheres maior independência dos programas governamentais, empoderando-as economicamente e fazendo-as donas de narrativas libertadoras. [...] (PEREIRA; SANTOS; BARREIRA, 2016, p. 115).

Convém salientar a importância das educadoras da Recid como mediadoras de informação e as práticas sociais que elas desempenham por meio do acesso e uso das informações socializadas entre os grupos assistidos pelo projeto, sejam de catadoras, marisqueiras ou quilombolas de assentamentos. Contudo, mesmo com o movimento em prol da emancipação das mulheres, o processo é lento devido às barreiras encontradas no tocante à sua autonomia.

Apesar do contexto favorável proporcionado pela Rede e, especificamente, pelo Projeto, o espaço para a voz das mulheres ainda passa por uma desvantagem do poder hegemônico do gênero masculino, inclusive em ambientes cuja pedagogia aponta para um cenário diferente. Nota-se que as relações de poder existentes entre mulheres e homens assistidos pelo projeto assim como as desigualdades de gênero também afetam o desenvolvimento emancipatório delas, como veremos adiante nas falas das educadoras. Importante frisar que compreendemos gênero na ótica de Scott (1999), que o entende “[...] como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, é um modo primordial de dar significado às relações de poder [...]” (SCOTT, 1990, p. 14).

Concebemos, então, que, por meio da informação, é possível ressignificar as profundas relações de poder entre mulheres e homens na sociedade, romper barreiras culturais, sociais e institucionais “[...] e conscientizar a mulher de seus direitos, de sua força e capacidade, erradicando a discriminação e pondo em pé de igualdade homens e mulheres [...]” (NASCIMENTO, 2003, p. 124). Nesse sentido, é fundamental reconhecer que a Recid desempenha um papel de referência, sobretudo, na conjuntura atual, que oferece à mulher lugar de cidadã, com capacidade de romper com estruturas voltadas para o controle e a opressão.

3 EMPODERAMENTO *VERSUS* BARREIRAS NO LUGAR DE FALA

O consenso sobre o conceito de empoderamento talvez não seja possível nem é foco de nosso artigo esgotar a discussão. Portanto, trazemos um conceito favorável ao que pretendemos apresentar diante das barreiras existentes para que as mulheres tenham autonomia:

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latino americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero (SARDENBERG, 2006, p. 2).

Para a perspectiva do artigo em foco, optamos pelo conceito de Sardenberg, porque corrobora a ideia de empoderamento apresentada pelas entrevistadas.

Nos pensamentos de grandes nomes do feminismo negro, como Gandra Kilomba, Audre Lorde, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, entre outras, germinam discussões que inserem no centro o problema da universalização da categoria mulher e questiona-se o modelo de organização social nos prolegômenos do eurocentrismo. É a partir do ponto de vista feminista que se iniciam as discussões sobre o que é lugar de fala, termo para o qual não há um conceito definido, apenas um ponto de partida: os debates sobre *feminist standpoint*, diversidade, teoria racial e estudos de gênero e área (PEREIRA, 2018).

Em seu livro, 'O que é lugar de fala?', Ribeiro (2017) lança questionamentos sobre "quem pode falar ou não" e "quais vozes são legitimadas e quais não são", trazendo luz para este debate. Em sua obra, refere que

[...] lugar/posição de fala não se refere necessariamente a indivíduos dizendo algo; é um conceito que parte da perspectiva de que as visões de mundo se apresentam desigualmente posicionadas. [...] lugar de fala não diz respeito a negar as experiências individuais, tampouco se trata de uma visão essencialista, mas se refere ao reconhecimento do lócus social e da reflexão de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência (PEREIRA, 2018, p. 155).

Entender o que é lugar de fala e saber qual é o seu lugar salienta o empoderamento de mulheres. O espaço que a Recid oferece para as mulheres assistidas pelo projeto possibilita a troca de experiências entre elas, que passam a se enxergar como cidadãs dentro de um grupo específico e compreendem o processo dialético em que sofrem influência como também influenciam no contexto social. Por meio dessa dinâmica, desenvolvem diálogos, compartilhamentos e interações mútuas. Entretanto, a interação existente nesse grupo de mulheres não tem sido suficiente para romper com as barreiras existentes e seus lugares de fala serem reconhecidos. A mediação das educadoras nos auxilia a entender que as desigualdades entre os gêneros, por exemplo, impedem que as mulheres ocupem seus espaços e tenham voz.

Embora o projeto tenha uma certa preocupação com relação a esta situação, é preciso considerar que os espaços de poder e tomadas de decisão ainda são majoritariamente compostos por homens. É necessário derrubar os muros criados pelo machismo para impedir que os corpos femininos alcancem a liberdade e o poder. O caminho foi traçado, é preciso se dispor a percorrê-lo e a deixar os privilégios pelo caminho. (EDUCADORA 2)

Abordar sobre empoderamento versus barreiras para a conquista do lugar de fala requer esforço, sobretudo para entendermos "a necessidade de reconhecer

outros saberes e a importância de entendê-los como localizados e de se romper com um postulado do silêncio” (RIBEIRO, 2017, p. 88).

A Revista Nexo entrevistou especialistas que concebem o lugar de fala como

[...] um mecanismo que surgiu como contraponto ao silenciamento da voz de minorias sociais por grupos privilegiados em espaços de debate público. Ele é utilizado por grupos que historicamente têm menos espaço para falar. Assim, negros têm o lugar de fala - ou seja, a legitimidade - para falar sobre o racismo, mulheres sobre o feminismo, transexuais sobre a transfobia e assim por diante.

Essa compreensão nos faz refletir sobre outro ponto abordado pela Nexo, a questão da diferença entre lugar de fala e representatividade. Nas entrevistas com as educadoras do Projeto, objetivamos visualizar essa diferença. Quais as barreiras encontradas no projeto que impedem que as mulheres se expressem e tenham seu lugar de fala?

4 METODOLOGIA

A fim de responder às inquietações e trazer resultados para a sociedade, o/a pesquisador/a percorre diversos caminhos para alcançar os objetivos propostos na pesquisa científica. A escolha desses caminhos resulta na metodologia da pesquisa, considerada como um elemento fundamental para conduzir todo e qualquer estudo de cunho científico, tendo em vista que, nessa etapa, são selecionados “[...] procedimentos sistemáticos e/ou estratégias de pesquisa para descrição e explicação de uma determinada situação de estudo” (CALAZANS, 2007, p. 39).

Para elaborar este artigo, partimos da revisão bibliográfica visando construir o referencial teórico, utilizando obras de referências na literatura, em especial, a de Ribeiro (2017), *O que é lugar de fala?*, uma abordagem didática, como a própria autora reconhece.

Em relação aos objetivos, o artigo pode ser definido como uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, realizada com base nas entrevistas com as educadoras da Rede de Educação Cidadã que atuam no Projeto, nos dois estados de abrangência do projeto. A Recid, desde 2003, configura-se como uma articulação de diversos atores sociais, entidades e movimentos populares do Brasil, que assumem a missão de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e educação popular com a população brasileira, principalmente das famílias em condições de vulnerabilidade social, promovendo o diálogo e a

participação ativa na superação da miséria, afirmando um projeto popular, democrático e soberano de nação. O Projeto em questão, no entanto, atua no Nordeste, especificamente nos estados do Ceará e da Paraíba.

Para construir o referencial teórico, ancoramo-nos em bases de pesquisa, como a Base de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em livros, teses e dissertações. O roteiro de entrevista foi elaborado com foco no tema central do artigo, lugar de fala, com recorte no gênero feminino. As entrevistas foram realizadas com seis educadoras representantes dos microrregionais que compõem a Rede de Educação Cidadã, nos estados da Paraíba (Zona da Mata, Borborema e Sertão) e do Ceará (Cariri e Centro Sul). As análises consideraram o conceito de lugar de fala de Ribeiro (2012) e da literatura consultada.

5 ORGANIZAÇÃO E AUTONOMIA DAS MULHERES

A Rede de Educação Cidadã atua junto de diversos atores sociais (movimentos sociais, movimentos populares, pastorais sociais, organizações não governamentais e educadores/as populares), que assumem o compromisso de realizar um processo de sensibilização e mobilização da população brasileira, principalmente com os grupos em situação de maior vulnerabilidade econômica e social, promovendo o diálogo e a participação coletiva, com o fim de superar as desigualdades. O Projeto acompanha grupos específicos, como associações comunitárias, de trabalhadores/as rurais e urbanos, grupos de jovens, mulheres, adolescentes, identidade de raça, saúde alternativa, catadores de materiais recicláveis e outros.

O embasamento para as reflexões que são feitas neste artigo foi respaldado por entrevistas com mulheres que participam da Rede de Educação Cidadã no papel de educadoras (E1, E2, E3, E4, E5 e E6), com a função de acompanhar os processos formativos com os grupos envolvidos com o Projeto apresentado como objeto deste trabalho. Como o tema central deste artigo é o lugar de fala das mulheres em seu espaço coletivo, principalmente de trabalho ou de capacitação, buscamos ouvi-las sobre como o Projeto tem contribuído para empoderar os grupos de mulheres acompanhados seja na perspectiva individual ou de grupo.

Podemos observar que, sobre a contribuição do projeto, o entendimento das entrevistas segue o mesmo direcionamento, ou seja, reconhecer sua importância e seu diferencial. No entanto, é possível encontrar respostas que apontem para a necessidade de outros passos, no sentido de concretizar o lugar de fala das mulheres. Na fala da E1, o projeto tem contribuído com o empoderamento das mulheres. Esse processo pode ser observado em pequenos sinais, nas falas, nas reações das conversas no próprio grupo e nas formações oferecidas pelo projeto. Nos grupos, elas vão assumindo espaços de liderança e manifestando contradições quanto aos desafios enfrentados.

E1 - Então falar em empoderamento, viver o protagonismo feminino não é fácil principalmente para mulher casada e com filhos, elas dão um passo pra frente amanhã são obrigadas a recuar em muitas outras coisas. Esse acontecimento vai ter uma reflexão para dentro do grupo.

Para a entrevistada E2, o trabalho realizado pela Rede de Educação Cidadã, por meio do Projeto, tem possibilitado a organização e a autonomia para as mulheres, tanto do ponto de vista coletivo quanto individual, mas considera que é necessário avançar, incluindo planejamento direcionado à superação de desigualdades, entre outras formas de invisibilizar as práticas e as falas das mulheres.

E2 - Para isso deve haver um plano de trabalho, um direcionamento mais específico para as mulheres voltado para superação das desigualdades de gênero, para a organização política e principalmente para a superação das violências, dando ênfase especial ao combate ao racismo que deixa as mulheres negras nas mais altas estatísticas de violência deste país. Acrescento ainda a urgência de se falar sobre as mulheres lésbicas e transexuais e deixar de invisibilizá-las nos espaços.

A importância da fala das mulheres pode ser reforçada sob várias perspectivas. E1 ressalta que o Projeto possibilitou formações que reanimaram e rearticularam os grupos que estavam sem horizontes e contribuiu para analisarem que muitos dos desafios com que se deparam existem porque ser mulher, em uma sociedade misógina, é um empecilho para que solte sua voz, na perspectiva de demarcar seu espaço. “O projeto possibilitou às participantes dos grupos entenderem melhor a que classe social pertencem e as dificuldades enfrentadas por serem mulheres” (E3).

As mulheres entrevistadas reconhecem que o projeto fortaleceu seus grupos como espaços coletivos, onde são acompanhadas em relação aos aspectos político

e pedagógico, o que contribui consideravelmente com a vida delas, para que tenham coragem de continuar lutando pelo fim da violência e possam discutir sobre gênero, com um espaço de fala, apesar de esse reconhecimento ainda estar aquém do que desejam. Essa falta de espaço para buscarem seu lugar de fala é um processo histórico.

E2 - Contribuiu de forma considerável com e na vida das mulheres, encorajando-as a continuar na luta pelo fim da violência contra as mulheres, na busca da efetivação de direitos, na compreensão de que não são culpadas, pelas inúmeras formas de violências que tira a dignidade e a vida de muitas mulheres. Elevou a autoestima/sentimento de partilha e solidariedade, entre elas.

E5 - Acredito que as mulheres estão expostas às reflexões sobre gênero, que nos grupos compostos exclusivamente por mulheres, ou até mesmo nos grupos mistos, o assunto é sempre presente. A realidade nos bombardeia o tempo todo com a violência de gênero, misoginia e feminicídio, não tem como fugir disso. O projeto contempla essa temática e colabora com reflexões e com empoderamento e organização das mulheres.

No segundo ponto da entrevista com as educadoras, questionamos sobre a importância do lugar de fala para que as mulheres possam incidir no campo externo à vida privada, ou seja, na esfera pública, e se o projeto tem dado espaço para que se conquiste esse lugar de fala para a mulher catadora, a marisqueira, a doméstica, a ativista cultural, a negra, a quilombola e a assentada.

As entrevistadas apresentaram olhares na mesma direção, embora algumas sejam menos otimistas. O lugar de fala, como o compreendemos, continua distante para os grupos acompanhados, embora o esforço do projeto caminhe em direção oposta, promovendo espaços de partilha e de escuta, como, por exemplo, as oficinas e as rodas de conversas para troca de experiências entre os grupos de mulheres envolvidos. “Isso acontece nas trocas de experiências entre os grupos e visitas aos grupos de mulheres” (E1).

E1 - Primeiro em proporcionar esse espaço de escuta, partilha, saída de casa para fazer uma outra atividade, “desaparecer” (como elas dizem) segunda coisa elas se sentem mais fortalecidas escutando e contando sua própria história, experiência de vida e depois elas também sabem que podem contar com quem está facilitando a conversa, seja com o sigilo ou para denunciar, incidir.

E6 - Em relação ao lugar de fala, as mulheres ainda são pouco ouvidas nos espaços coletivos, mesmo sendo elas as responsáveis pelo caminhar prático de muitas coisas. No Alto Sertão a cultura do machismo é algo arraigado onde as mulheres precisam cotidianamente ir construindo

estratégias de quebrar essas relações e dar lugar a uma relação de maior reciprocidade e companheirismo.

Embora o projeto busque atuar sobre essa questão, é preciso considerar que os espaços de poder e de tomadas de decisão ainda são majoritariamente compostos de homens. Porém, as iniciativas do projeto têm proporcionado outras práticas às mulheres, sobretudo nas discussões para a tomada de decisões.

E2 - É necessário derrubar os muros criados pelo machismo para impedir que os corpos femininos alcancem a liberdade e o poder. O caminho foi traçado, é preciso se dispor a percorrê-lo e a deixar os privilégios pelo caminho.

E3 - Nos momentos de intercâmbios de incidências políticas, isso vem com muita nitidez, de mulheres que não levantava nem a cabeça para os educadores da Rede. Hoje essas mulheres pautam gestores municipal e estadual.

Com um olhar voltado para o empoderamento, por meio de um processo formativo baseado na educação popular, o projeto tem possibilitado um espaço de fala, reconhecido pelas entrevistadas.

E5 - O projeto tem possibilitado sim, esse espaço a partir da formação, política, pedagógica e de sustentabilidade. A metodologia freireana, Educação popular, vem contribuindo bastante para que as mulheres conquistem o lugar da fala nos espaços públicos. A visibilidade pode ocorrer, na forma de participação, na representatividade nos espaços, públicos: conselhos, conferências, incidências políticas, redes, nos encontros institucionais e de grupos. Nas esferas municipais, estaduais, regional e nacional.

Visualizamos que a proposta do projeto contempla essa visibilidade, sobretudo com os grupos compostos exclusivamente de mulheres, e isso contribui para a organização desses grupos. Contudo, um desafio para a conquista do lugar de fala está na voz masculina.

E5 - Acredito que a proposta do projeto contempla essa visibilidade, sobretudo com os grupos compostos exclusivamente por mulheres. Contribuir na organização desses grupos é respeitar o lugar de onde essas mulheres falam, dos espaços que elas constroem, sejam rurais, urbanos, quilombolas, assentadas, sindicalizadas, cooperadas e outros. Acho que o maior desafio é ter o lugar de fala respeitado, ouvido, considerada, nos grupos mistos, onde muitas vezes ainda é a voz masculina que prevalece nos processos decisórios.

No que diz respeito ao lugar de fala das mulheres, percebemos, na Rede e no projeto, relações ainda frágeis. E essa relação passa pelo contexto dos processos que envolvem decisões, um espaço que privilegia as vozes masculinas.

Por último, as entrevistadas foram indagadas sobre como as relações de gênero têm se delineado nas ações propostas pela Rede e, conseqüentemente, pelo projeto, por meio dos grupos acompanhados. Nas respostas levantadas, constatamos que esse é um aspecto desafiador, também, no projeto como um todo.

E1 - É muito difícil ser escutada nesse espaço mais de educadores. Você faz uma colocação, os homens fingem não ter escutado e minutos depois pega o que a gente disse, melhora a proposta e apresenta como sua ideia. Ainda sinto que falar de igualdade de gênero é um desafio. Porque a prática é difícil diante de tantas coisas que nós mulheres fomos podadas e impedidas de falar e ser.

Na visão das entrevistadas do Cariri, essa questão ainda está muito aquém do esperado ou do necessário para a transformação. Nesse sentido, o projeto aponta saídas, como capacitação na área para mulheres e homens debaterem sobre os mais variados temas, a fim de otimizar e valorizar a presença das mulheres nos espaços e criar e executar uma política de desconstrução de desigualdades de gênero.

E2 - Ainda observa-se que fica muito a cargo das educadoras, quer sejam feministas ou que são sensíveis à causa, como se somente as mulheres devessem se preocupar com isso.

Na atuação com os grupos envolvidos no projeto, as entrevistas apontaram que é necessário dialogar sobre o empoderamento das mulheres e a apropriação de seu lugar de fala em relação a temas como violência, machismo, feminicídio e patriarcado.

E4 - Sim. Porém, é necessário que seja prioridade. A violência sexista, de gênero, o machismo, patriarcado, feminicídio, infelizmente se intensifica na vida de nós as mulheres. Em 2018 mais de 4 mil mulheres foram mortas no mundo por feminicídio. O Brasil está em quinto lugar no ranking de maior taxa de feminicídio no mundo. Por esse e outros motivos precisamos colocar em prática as ações concretas no tocante a questão de gênero nos grupos acompanhados pelo projeto e na Recid.

E3 - Há reflexões, oficinas, rodas de diálogo e o tema é pautado no cotidiano dos grupos, principalmente quando há algum caso emergente. Acredito que essas são tentativas de tornar o tema mais cotidiano no fazer da Rede, mas acho que ainda precisa ser mais aprofundado, não só com instituições e grupos acompanhados, mas também nas relações internas com quem constrói a logística da Rede.

Parece-nos que as relações de gênero permeiam as discussões e as práticas das ações do projeto e do trabalho da Rede de Educação Cidadã, por meio das organizações, sobretudo porque as ações coletivas consideram a comunidade como um todo, que é composta de vários segmentos, entre eles, o das mulheres.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que Ribeiro (2017) aborda na apresentação do livro ‘*O que é lugar de fala?*’, constatamos que o caminho a ser percorrido pelas mulheres, em qualquer que seja o ambiente, é um desafio posto nos mais diversos contextos, sobretudo nos grupos em que a participação da mulher divide espaço com os que historicamente são responsáveis pelo silenciamento das vozes femininas.

No trabalho de uma rede, a execução de um projeto é um divisor de águas para a inserção das mulheres, de forma prática, de uma vivência adversa, sem dúvida ancorada numa luta histórica. Então, por que podemos atribuir o processo de empoderamento ao acesso à informação? É possível pensar que a luta das mulheres precisa ser evidenciada como algo inerente ao processo de busca da informação. Nossa discussão aponta para a importância da informação na vida das mulheres e nas discussões a respeito das relações de gênero, de empoderamento e de participação.

A iniciativa da Rede de Educação Cidadã apresenta-se como uma iniciativa pautada na inclusão e ressignifica papéis, inclusive nas tomadas de decisão, quando possibilita às mulheres um lugar de multiplicadoras de temas considerados do campo masculino –política, geração de renda e reforma agrária. Com a experiência da Recid, percebe-se que uma mobilização ampla pelos direitos e pela cidadania não vinga sem passar pelo envolvimento das mulheres e por sua capacidade de refazer caminhos, embora sejam tolhidos de várias formas.

As educadoras reforçam a urgência de um movimento em busca de autonomia para as mulheres e demonstram a necessidade de espaços criados para essa finalidade, como as oficinas formativas, por exemplo. Para ilustrar, retomamos uma das falas que cita a importância de “sair de casa”, de encontrar um espaço para “contar a própria história”. O papel das educadoras da Recid tem grande relevância porque elas conduzem a mediação da informação nos grupos de que participam. De certa forma, elas passam a desempenhar a função de mediar a informação de acordo com a necessidade de informação dos grupos.

Segundo Le Coadic (2004, p.40),

a necessidade de informação em função da ação é derivada de necessidades materiais determinadas pela realização de atividades humanas, profissionais e individuais: trabalhar, ir de um lugar para outro, comer, dormir, reproduzir-se.

Nossa pretensão, até o momento, foi explicitar a necessidade de se investir na promoção de um lugar de fala, talvez não diferente do proposto por Ribeiro (2017), e de reconhecer que as vozes silenciadas não ganharão eco sem que exista uma proposta de exercício da cidadania individual que resvale no coletivo, porque a “cidadania individual pressupõe a liberdade e a autonomia dos indivíduos num sistema de mercado, de livre jogo da competição, em que todos sejam respeitados e tenham garantias mínimas para a livre manifestação de opinião” (GOHN, 1995, p. 195). Apesar de não caber um aprofundamento sobre a luta pela cidadania, vale destacar seu percurso, que passou por várias etapas, inclusive a de não linearidade.

Como assevera Gohn (1995, p. 201), “o processo de construção da cidadania nunca foi linear. Ao contrário, sempre foi cheio de avanços e recuos, de fluxos e refluxos”. Isso reforça o que estamos vivendo nos dias atuais. E nessa perspectiva, é mais que pertinente a indagação que norteou a construção deste artigo: qual o papel da informação na vida das mulheres e dos grupos de que ela participa?

Concluimos que, apesar de o projeto atuar com ações que promovam a voz das mulheres, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que o lugar de fala se concretize. Entendemos que o processo construído pela Recid e pelo projeto possibilita que as mulheres enfrentem e desconstruam estruturas vivenciadas dentro ou fora do ambiente coletivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/277162051_MEDIACAO_DA_INFORMACA_O_E_MULTIPLAS_LINGUAGENS. Acesso em: 20 mar. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Abordagem interacionista de estudos de usuários da informação. **Ponto de acesso**, v. 4, n. 2, p. 2-32, 2010a. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3856>. Acesso em: 10 abr. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 20, n. 3, 2010b. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/6951/0>. Acesso em: 9 abr. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

CALAZANS, Angélica Toffano Seidel. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. In: MULLER, Suzana P. M. (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, p. 39-62, 2007.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, v. 14, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/4656/465645959014/>. Acesso em: 14 mar. 2019.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília (DF): Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LOBO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613>. Acesso em: 05 abr. 2018.

MARTELETO, Regina. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, Martha; ODDONE, Nanci. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 118-127, maio/ago., 2007.

MORAES, Dênis (Org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MOREIRA, Matheus; DIAS, Tatiana. O que é lugar de fala e como ele é aplicado no debate público. **Nexo Jornal**, 16 jan. 2017. Disponível em: <http://goo.gl/KgMHZQ>. Acesso em: 15 jan. 2019.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A Informação Construída nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 00, out. 2004. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7651>. Acesso em: 5 abr. 2019.

NASCIMENTO, Maria de Jesus. Informação e cidadania: necessidades e formas de busca por parte da mulher catarinense. **Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 123-150, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/94>. Acesso em: 25 abr. 2019.

OLINTO, Gilda. **Mulheres e jovens na liderança da pesquisa no Brasil**: análise das bolsas de pesquisador do CNPq, p. 1-19, 2003. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/320/1/OLINTOEnancib2003.pdf>. Acesso: em

27 jan. 2019.

PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira; SANTOS, Jaires Oliveira; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus Sousa. Empoderamento das mulheres quilombolas: contribuições das práticas mediacionais desenvolvidas na Ciência da Informação. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 114-139, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245222.114-139>. Acesso em: 14 jun. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

SARDENBERG, Cecília M.B. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista**. NEIM/UFBA, Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, p. 5-22, 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 02 abr. 2019.